



<b>Bolsas</b> Na sexta-feira São Paulo Nova York	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias  123.577 / 122.810	<b>Salário mínimo</b> <b>R\$ 1.100</b>	<b>Dólar</b> Na sexta-feira <b>R\$ 5,186</b> (▲ 0,4%)	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira <b>R\$ 6,157</b>	<b>Capital de giro</b> Na sexta-feira <b>6,76%</b>	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano) <b>5,19%</b>	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %) <table border="1"> <tr><td>Janeiro/2021</td><td>0,25</td></tr> <tr><td>Fevereiro/2021</td><td>0,86</td></tr> <tr><td>Março/2021</td><td>0,93</td></tr> <tr><td>Abril/2021</td><td>0,31</td></tr> <tr><td>Maió/2021</td><td>0,83</td></tr> </table>	Janeiro/2021	0,25	Fevereiro/2021	0,86	Março/2021	0,93	Abril/2021	0,31	Maió/2021	0,83
Janeiro/2021	0,25																
Fevereiro/2021	0,86																
Março/2021	0,93																
Abril/2021	0,31																
Maió/2021	0,83																

**DESIGUALDADE /** Quando é preciso economizar recursos, os benefícios entram primeiro na mira. Diante do bom desempenho dos atletas olímpicos em Tóquio, dos quais 80% são bolsistas, especialistas reforçam a importância de se assistir os vulneráveis

# Programas sociais mostram resultados

» VERA BATISTA  
» GABRIELA CHABALGOITY\*

O Brasil quebrou o recorde de medalhas nos Jogos Olímpicos de 2021. Imediatamente, chamou a atenção dos especialistas a importância de programas sociais bem estruturados para ajudar vulneráveis a superar adversidades. Sem eles, os atletas olímpicos não teriam chegado tão longe, lembra Pedro Nery, consultor de economia do Congresso. As famílias das medalhistas Rayssa Leal, a Fadinha do skate, e Rebeca Andrade, da ginástica artística, por exemplo, receberam recursos do Bolsa Família, cujo valor mensal, promete o presidente Jair Bolsonaro, pode subir — às vésperas das eleições — para até R\$ 300 mensais, além de um bônus extra.

Dos 302 atletas convocados para os Jogos Olímpicos de Tóquio, 242 (80%) fazem parte atualmente do Programa Bolsa Atleta. E das 21 medalhas conquistadas até o momento, 18 têm participação de atletas bolsistas, segundo informações do Ministério da Cidadania. O órgão destacou que a ginasta Rebeca Andrade, por exemplo, recebeu R\$ 672 mil durante o Ciclo Olímpico do Japão. Para o Bolsa Atleta, considerado um dos maiores programas do mundo de patrocínio individual, o Cidadania assegurou, para 2021, um orçamento de R\$ 145,2 milhões, o maior desde 2014 e superior, inclusive, ao de 2016, ano dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, que foi de R\$ 143 milhões. Em 2020, foram investidos mais de R\$ 365 bilhões em iniciativas que vão desde a primeira infância



## Apoio nos Jogos Olímpicos de 2021

Dos **302** atletas convocados para os Jogos Olímpicos de Tóquio, **242** (80%) fazem parte atualmente do Programa Bolsa Família (BF). Das **21** medalhas conquistadas até o momento, ao menos **18** têm participação de atletas bolsistas. A ginasta Rebeca Andrade, por exemplo, recebeu **R\$ 672 mil** durante o Ciclo Olímpico do Japão. Para o Bolsa Atleta, estão assegurados, em 2021, orçamento de **R\$ 145,2 milhões**. Maior valor desde 2014 e superior ao de 2016. Nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, o orçamento foi de **R\$ 143 milhões**.

### INCENTIVO

O Ministério da Cidadania apoia **7.197** atletas olímpicos e paraolímpicos. Eles estão nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpica/Paralímpica. O que representa um investimento superior a **R\$ 97 milhões** no ano. Além desses, outros **334** atletas estão apoiados pela categoria Pódio - havendo repasse de **R\$ 36,7 milhões** no ano.

### INICIATIVAS

Em 2020, foram investidos mais de **R\$ 365 bilhões** em iniciativas para a primeira infância até a terceira idade. Programas como Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Auxílio Emergencial reduziram em **80%** a extrema pobreza no Brasil.

Na área do esporte, o investimento em **2020** supera os **R\$ 750 milhões**.

Valor que inclui o tripé Lei das Loterias, Bolsa Atleta e Lei de Incentivo ao Esporte. Apenas pelas Loterias, os recursos somaram **R\$ 4,5 bilhões** entre **2017** e **2020**. Dos **R\$ 4,5 bilhões**, **R\$ 1,7 bilhão** foram para a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.

até a terceira idade.

Apesar do investimento no esporte, vale lembrar que, em 2019, o governo Bolsonaro extinguiu diversos conselhos, que tratavam de segurança alimentar, trabalho docente, idosos, entre outros, em favor dos mais pobres. O argumento do Planalto e do Ministério da Economia foi o de que, além do cobertor curto e do compromisso com o ajuste fiscal, os conselhos tinham “uma visão ideológica” de governos

anteriores. “No caso da proteção aos vulneráveis, sequer podemos falar de cobertor curto. O Bolsa Família leva só dois centavos de cada real do Orçamento público”, observa Pedro Nery.

“Se for para fazer uma ampliação robusta (do Bolsa Família), há muitas áreas de onde podemos tirar sem medo. Refiro-me a recursos que não chegam à maioria da população e que poderiam ser usados para impedir que a dívida

pública aumente: isenções aos mais ricos e previdência militar, por exemplo”, aponta Pedro Nery. O problema, diz, é que o programa não foi prioridade desde 2016, quando chegou a “uma defasagem de 20%”. Nos anos seguintes, o crescimento da economia não beneficiou a parte mais pobre. Na pandemia, o auxílio emergencial ajudou, mas sofreu “um apagão de janeiro a abril de 2021”.

Para o economista Gil Castello

Branco, especialista em finanças públicas e secretário-geral da Associação Contas Abertas, a agenda de combate às desigualdades deve partir do princípio de que esse é um problema grave, tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para a convivência harmoniosa da sociedade.

“O mercado não foi e nunca será a solução de todos os problemas, como alguns pensavam no passado. Mas há interven-

ções do Estado que aumentam a concentração de renda e não acarretam benefícios sociais diretos. No Brasil, um exemplo são os subsídios fiscais, alocados para grupos com maior poder de pressão, exatamente aqueles com maior poder econômico”, assinala Castello Branco.

### Investimento público

Para Jefferson Nascimento, coordenador de Pesquisa e Incidência em Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, o importante é que propostas para redução da pobreza e ampliação de oportunidades “não tenham finalidade meramente eleitoral”. Ele reclama que a lei do teto dos gastos prejudicou projetos específicos. “Quando o objetivo é economizar recursos, programas de incentivo a atletas, para violência doméstica ou para a saúde são os primeiros a ser cortados”, reclama. Pensamento que está na contramão do que vem acontecendo no mundo.

Kleidson Oliveira, 44 anos, conselheiro de saúde de Sobradinho e militante do movimento Pró Saúde Mental, é um dos beneficiados por programas sociais que conseguiram fazer um bom proveito da ajuda. Ex-usuário de drogas, em seu pior momento, Kleidson teve acesso ao auxílio do Serviço Único de Saúde (SUS), por meio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). “Assistência social é fundamental para vida dos indivíduos em situação de rua e que querem retornar à sociedade, voltar a ter uma vida social, trabalho, família, dignidade”.

\*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro



## Brasil S/A

por **Antonio Machado**  
machado@cidadabiz.com.br

*Bravatas e dependência de políticos inescrupulosos mostram fraqueza pela desdita de não saber governar*

## Sem noção nem razão

O que pretende o cidadão Jair Bolsonaro? A resposta está clara ao empresariado, de bancos à indústria, a última porção da sociedade a desistir de um presidente que fala como arruaceiro e se mostrou descompensado ao afrontar a autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e acusar, sem ter nenhuma prova, o voto eletrônico como instrumento passível de fraudes.

Insensível às responsabilidades de chefe de Estado e de governo, ele ousou declarar a uma rádio que deixaria de cumprir as decisões dos tribunais superiores, insatisfeito com o desmonte de suas fake news sobre a fragilidade do voto eletrônico pelo ministro do STF e presidente do TSE, Luís Roberto Barroso. Depois, ao ser arrolado em dois inquéritos a cargo do ministro Alexandre de Moraes, ameaçou-o, dizendo que “a hora dele vai chegar”. Nunca alguém chegou a tanto.

Num manifesto duríssimo, muitos milhares de líderes do capitalismo nacional, financistas, economistas, intelectuais, religiosos firmam um texto de repúdio tão cristalino quanto a insanidade do golpismo. “A Justiça eleitoral brasileira é das mais modernas e respeitadas do mundo”, diz o documento. “Confiamos nela e no atual sistema de votação eletrônico. A sociedade brasileira é garantidora da Constituição e não aceitará aventuras autoritárias.

O Brasil terá eleições e seus resultados serão respeitados”. Deplorável, 36 anos depois da ditadura, a sociedade ter de advertir aventureiros.

Um presidente que ofende diariamente seus desafetos imaginários, construídos por assessores de folhetim com o objetivo de projetá-lo nas redes sociais, mas não expõe as suas ideias para superar nosso subdesenvolvimento, que volta com força na véspera do bicentenário da independência, não é parte da solução. É obstáculo.

E obstáculos ao progresso dissipado nas brumas dos anos 1980 não faltam — tornaram-se maiores e se agravaram ao longo das décadas, enquanto quem vinha atrás, como China e Coreia, virou potência.

O país regrediu à condição de colônia — vendemos matérias primas e alimentos e compramos o que gera valor e promove bem-estar por meio de ondas circulares de inovação, desenvolvimento e civilização. Fanfarrices de um líder submetido a políticos inescrupulosos estão a indicar mais fraqueza pela desdita de não saber governar do que a força conquistada graças à admiração de seus constituintes.

### Liberalismo só de fachada

É preciso contextualizar os rompantes liberticidas de Bolsonaro. O estilo boca-dura é sua marca registrada desde os tempos de Academia Militar. Foi expulso por indisciplina quanto tenente e reformado no posto capitão por acordo na justiça militar.

A eleição a presidente não mudou o seu estilo. Ele passou os dois primeiros anos do mandato criticando o Congresso, o STF, incitando apoiadores sob a alegação de que o estariam impedindo de governar e seduzindo militares e policiais com ministérios e cargos civis.

Embora anormais, a elite empresarial e política queria acreditar que tais arroubos autoritários eram mensagens à turba radical, sem comprometer a ordem democrática. Agora não mais. “As pessoas não costumavam levar o presidente a sério, olhavam para os ataques como algo folclórico. Mas estamos, sim, levando a sério, estamos com a democracia sob ameaça”, afirmou o economista Edmar Bacha, um dos muitos milhares de signatários do manifesto “Eleição se Respeita”.

A tolerância se amparava na promessa de reformas pró-mercado, que, na verdade, são mais antisociais e reacionárias que liberais, um traço do ministro Paulo Guedes, hoje visto como outro bolsonarista no entorno de um presidente que quer reeleger-se virando a mesa.

### Mensalão do bolsonarismo

A destemperança habitual de Bolsonaro se tornou recorrente e cada vez mais explícita com um movimento que poucos enxergaram: o apoio à eleição de Arthur Lira, cardeal do PP e do Centrão, para presidir a Câmara, e menos vistoso a Rodrigo Pacheco, do DEM, no Senado.

Bolsonaro via no ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia uma barreira a seus caprichos autocratas e tramou para minar sua sucessão. Para isso, contou com a cumplicidade de Guedes, que fechou os olhos para a entrega da execução do Orçamento federal ao Centrão de Lira, eleito prometendo liberar recursos aos deputados por meio não só das emendas parlamentares, um direito líquido e certo.

O passo em falso do que antes era visto pelo empresariado como uma bancada de deputados da direita moderada e que hoje ficou descarado seu viés

apenas bucareiro veio com a invenção da tal emenda de relator — um artifício que suga dinheiros sociais para entregar aos que se submetem a esse comando sem prestar contas ao TCU e a ninguém.

A ida para a Casa Civil do senador Ciro Nogueira, presidente do PP (hoje Progressistas), foi para levar ao Senado as maracutaías desse orçamento secreto. Sua primeira missão é aliciar os senadores ditos independentes da CPI da Pandemia, obstáculo ao projeto autoritário.

### Uma intentona de birutas

Tamanho os malfeitos da extrema-direita acobertada por setores das Forças Armadas e minguido do empresariado que é difícil imaginar a subversão bolsonarista como algo mais que uma intentona de birutas.

A aprovação de projetos como o da titulação de terras invadidas na Amazônia, que exporá o agronegócio eficiente ao risco de represália mundial, a tramitação apressada do pacote mal-ajambrado do Imposto de Renda só com o apoio suspeito de duas casas de financistas, a intenção de dar calote nos precatórios a pagar em 2022, tudo isso faz parte do mesmo roteiro alienado do interesse nacional e social.

Para que voto impresso? Por que cassar a fiscalização de eleições e de partidos pelo TSE? Que explica a ideia esdrúxula do distrito (em que se elegem os mais votados à revelia da proporcionalidade)?

Cheira mal, ainda mais por ser tramado longe do eleitor. E é uma maioria política onerosa. Se a ministra Rosa Weber, do STF, acatar representação de partidos contrários às aberrações, os dinheiros da tal “emenda de relator” terão a sua repartição escrutinizada pelo TCU, pelo TSE, pelo Ministério Público. Aí se verá o que é fraude.